

# Aviso de Contratação 12/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2025	929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP	MARIANA LOPES HOHMANN CLARO	28/07/2025 11:44 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		39/2025

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ/SP**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

### Processo Administrativo n.º 39/2025

Torna-se público que o(a) Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP, por meio do (a) Setor de Licitação e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão:** 07/08/2025

**Horário da Fase de Lances:** 08:00 às 14:00

**Link:** <https://www.gov.br/compras/>

**Critério de Julgamento:** menor preço

## OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **bateria automotiva 12V, 75Ah (polo positivo à direita), compatível com veículos Chevrolet Onix ou equivalente, conforme especificações do Termo de Referência nº 39/2025**, para atendimento à frota oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP.

1.2. Por se tratar de item único, a disputa será realizada para esse único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências constantes deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

## **2. REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Não se aplica.

## **3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

**3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica - Compras.gov.br, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).**

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedor - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado por meio da web ou do aplicativo próprio.

3.1.3. O fornecedor é responsável por todas as transações realizadas diretamente ou por seu representante no sistema, não cabendo ao provedor do sistema ou à Câmara Municipal a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**3.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.2.1. A obtenção do benefício fica restrita às empresas que, no ano-calendário da contratação, não tenham celebrado com a Administração Pública contratos cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima para o enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.2. Será concedido tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais - MEI e demais beneficiários, nos limites previstos na legislação vigente.

**3.3. Não poderão participar desta dispensa eletrônica:**

- a) Fornecedor que não atenda às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Empresas ou pessoas físicas impedidas de contratar com a Administração por sanção vigente;
- d) Pessoas físicas ou jurídicas com vínculos impeditivos, conforme arts. 9º e 11 da Lei nº 14.133, de 2021, ou vedação por conflito de interesses;

- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976;
- f) Pessoas físicas ou jurídicas condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, nos últimos 5 (cinco) anos, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes em situação proibida por lei.

## **4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica - Compras.gov.br, conforme as disposições deste Aviso.**

**4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, deverá encaminhar sua proposta exclusivamente pelo Compras.gov.br, contendo a descrição do objeto ofertado, a marca da bateria e o preço total, até a data e o horário fixados para a abertura do procedimento.**

4.2.1. Não será admitida proposta em quantidade inferior ou superior ao item solicitado.

4.2.2. Não será admitida previsão de preços diferentes em razão de local de entrega, acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**4.3. As especificações constantes da proposta, em especial a marca ofertada e o preço, vincularão o fornecedor em caso de adjudicação.**

4.4. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos diretos e indiretos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte, entrega e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral das condições previstas neste Aviso.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração expressa de que compreende a totalidade dos custos necessários ao atendimento das obrigações legais vigentes, inclusive as trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de responsabilidade exclusiva do fornecedor, não lhe assistindo direito à alegação de erro ou omissão para pleitear alteração posterior.

4.5. Caso o regime tributário da empresa implique recolhimentos variáveis, a proposta deverá considerar a média efetiva de recolhimentos dos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual informado na proposta, serão retidos na fonte os tributos na forma da legislação vigente.

4.7. A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições do Termo de Referência e do Aviso de Contratação Direta, obrigando o proponente a entregar o objeto conforme especificado.

**4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.**

**4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá assinalar, em campo próprio do sistema, declaração de:**

- a) Inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências supervenientes;
- b) Concordância com todas as condições estabelecidas neste Aviso e seus anexos;
- c) Responsabilidade pelas transações realizadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- d) Cumprimento das exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social (art. 93 da Lei nº 8.213/91);
- e) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

**4.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá declarar que atende aos requisitos da Lei Complementar nº 123/2006 e está apto a usufruir dos benefícios previstos.**

## **5. FASE DE LANCES**

**5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do Compras.gov.br, sendo encerrada no horário de finalização dos lances também previamente divulgado.**

**5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.**

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

**5.3. O fornecedor somente poderá apresentar lances inferiores ao último lance por ele registrado no sistema.**

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos, desde que cada novo lance seja inferior ao lance anteriormente registrado por ele próprio, ainda que igual ou superior ao menor lance do certame.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo de real).

**5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.**

**5.5. Caso o fornecedor não apresente lances durante a etapa competitiva, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.**

**5.6. Durante a disputa, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do autor do lance.**

**5.7. Imediatamente após o término do prazo da fase de lances, ocorrerá seu encerramento automático pelo sistema, com a divulgação da ordenação dos lances em ordem crescente de classificação.**

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá pontualmente no horário estabelecido, não havendo tempo aleatório ou prorrogação.

## **6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1. Encerrada a fase de lances, caso a proposta do primeiro colocado esteja acima do preço estimado para a contratação, a Agente de Contratação poderá negociar, por meio do sistema Compras.gov.br, com vistas à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.**

6.1.1. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema, mediante envio de contraproposta ao fornecedor que apresentou o menor preço, visando a obtenção da melhor condição compatível com os valores de mercado.

6.1.2. Se, mesmo após a negociação, a proposta permanecer acima do valor estimado, a Agente de Contratação poderá negociar com os fornecedores classificados em sequência, respeitada a ordem de classificação.

**6.2. Concluída a negociação, o resultado será divulgado no sistema e registrado na ata do procedimento, que integrará os autos do processo.**

**6.3. Verificada a compatibilidade do preço da proposta vencedora com o valor estimado, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta atualizada com o valor final ofertado ou negociado, contendo a descrição do produto, marca e demais informações pertinentes.**

6.3.1. Os valores apresentados devem conter todos os encargos incidentes e demais custos necessários à entrega do objeto.

**6.4. Após o envio da proposta ajustada, a Agente de Contratação verificará se o fornecedor classificado em primeiro lugar atende às condições de habilitação e de participação, por meio das seguintes consultas:**

a) SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.5. Constatada qualquer sanção impeditiva, o fornecedor será desclassificado.**

**6.6. Verificadas as condições de habilitação e de proposta, a Agente de Contratação analisará a conformidade da proposta quanto à descrição técnica e às exigências constantes do Termo de Referência.**

**6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- a) Contiver vícios insanáveis;**
- b) Não obedecer às especificações técnicas estabelecidas;**
- c) Apresentar preço manifestamente inexequível ou acima do valor estimado;**
- d) Apresentar desconformidade insanável com as exigências do Aviso.**

**6.8. Na hipótese de desclassificação da proposta ou lance vencedor, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação.**

**6.9. Havendo necessidade, a sessão poderá ser suspensa, sendo informados no sistema a nova data e horário para sua continuidade.**

**6.10. Encerrada a etapa de verificação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, conforme as disposições deste Aviso de Contratação Direta.**

## **7. HABILITAÇÃO**

**7.1. Os documentos exigidos para a habilitação constam do Termo de Referência nº 39/2025 e serão solicitados exclusivamente ao fornecedor mais bem classificado na fase de lances.**

**7.2. A habilitação será verificada, prioritariamente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**

7.2.1. É responsabilidade do fornecedor manter atualizadas, no SICAF, todas as certidões e documentos obrigatórios, vigentes na data da abertura da sessão pública.

7.2.2. O descumprimento desse dever implicará inabilitação, salvo se a consulta aos sítios oficiais emissores de certidões localizar certidão válida.

**7.3. Caso necessário, o fornecedor será convocado a apresentar documentos complementares, indispensáveis à confirmação das condições de habilitação, não constantes do SICAF, mediante envio eletrônico pelo sistema Compras.gov.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de inabilitação.**

**7.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com CNPJ divergente, salvo quando permitido legalmente. Se o fornecedor for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz; se filial, em nome da filial, salvo aqueles que, por natureza, sejam emitidos exclusivamente à matriz.**

**7.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será considerado habilitado.**

**7.6. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, por ausência ou irregularidade dos documentos exigidos, conforme o Termo de Referência e este Aviso de Contratação Direta.**

**7.7. Na hipótese de inabilitação, será analisada a proposta subsequente, e assim sucessivamente, observando a ordem de classificação.**

**7.8. Havendo necessidade de tempo para análise documental, a sessão poderá ser suspensa, sendo informados no sistema a nova data e horário para a sua continuidade.**

## **8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1 Não se aplica.**

## **9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**9.1. Não se aplica.**

## **10. CONTRATAÇÃO**

**10.1. Após a homologação e adjudicação, a contratação será formalizada por meio da emissão de Nota de Empenho, nos termos do Termo de Referência nº 39/2025 e do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo contratual.**

**10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar formalmente a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

**10.3. O aceite da Nota de Empenho implica o reconhecimento de que:**

- a) A Nota de Empenho substitui o contrato, regendo-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021;
- b) O fornecedor se vincula à sua proposta e às condições constantes deste Aviso e seus anexos;
- c) O fornecedor reconhece que as hipóteses de rescisão são as previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração nela previstos.

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, contado da emissão da Nota de Empenho até o recebimento definitivo e pagamento do objeto.

**10.5. Na formalização da contratação será exigida a manutenção das condições de habilitação apresentadas, que deverão perdurar durante toda a vigência da contratação.**

## **11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1. O fornecedor que, no decorrer da dispensa eletrônica ou da execução contratual, incorrer em quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, estará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabíveis:**

- a) Advertência, por infração de menor gravidade;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, nos casos de descumprimento contratual, recusa injustificada em assinar ou aceitar a Nota de Empenho, ou atraso injustificado na entrega;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Tremembé/SP, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em âmbito nacional, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

**11.2. A aplicação das sanções observará o contraditório e a ampla defesa, em processo administrativo próprio, na forma dos arts. 157 a 159 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**11.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração, na forma do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

**11.4. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

**11.5. O prazo para apresentação de defesa será de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação da sanção.**

**11.6. As multas e demais valores devidos poderão ser descontados de quaisquer créditos existentes ou serão cobrados administrativamente ou judicialmente.**

**11.7. O registro das sanções aplicadas será realizado nos cadastros oficiais competentes, notadamente no CEIS e no CNEP, na forma da legislação vigente.**

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:**

- a) Republicar novo Aviso de Contratação Direta com nova data;



b) Utilizar proposta obtida na pesquisa de preços que fundamentou o Termo de Referência, desde que atendidas as condições de habilitação exigidas.

12.1.1. A contratação com base na pesquisa de preços será realizada fora deste procedimento.

**12.2. As providências do item anterior também poderão ser adotadas no caso de não comparecimento de fornecedores interessados (procedimento deserto).**

**12.3. Havendo necessidade de prazos específicos não previstos neste Aviso, será observado o prazo estabelecido na respectiva convocação da Administração.**

**12.4. Cabe ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes de sua desconexão ou da inobservância das mensagens emitidas.**

**12.5. Não havendo expediente na data designada ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização da sessão, esta será transferida automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo nova comunicação da Administração.**

**12.6. Os horários estabelecidos observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para fins de contagem de tempo no sistema Compras.gov.br.**

**12.7. A Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.**

**12.8. As disposições deste Aviso serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competitividade, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia ou a segurança da contratação.**

**12.9. Os fornecedores assumem integralmente os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo qualquer ressarcimento pela Administração, independentemente do resultado do procedimento.**

**12.10. Em caso de divergência entre as disposições deste Aviso e seus anexos, prevalecerão as disposições deste Aviso.**

**12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema Compras.gov.br.**

**12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta os seguintes anexos:**

a) ANEXO I – Termo de Referência nº 39/2025;

b) ANEXO II – Pesquisa de Preço.

Tremembé, 16 de julho de 2025

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIANA LOPES HOHMANN CLARO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 28/07/2025 às 11:44:19.*

**DOUGLAS MARCELO DA SILVA**

Equipe de apoio